



**PARECER JURÍDICO nº 003/2019 - RBF**

Projeto de Lei nº 045/2018

Autor(a): Vereadora Cássia de Moraes

**PROJETO DE LEI - DENOMINAÇÃO - VIA PÚBLICA -  
"NELLY MAZZUTTI LEVY" - COMPETÊNCIA  
CONCORRENTE - LEGALIDADE E  
CONSTITUCIONALIDADE.**

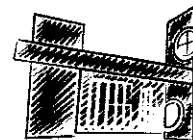
## **1. RELATÓRIO**

---

A Nobre Vereadora Cássia de Moraes, apresenta a seus nobres pares, o projeto de lei em epígrafe que pretende denominar de "Nelly Mazzutti Levy" a via pública conhecida pelo trecho da Avenida VA03G-3, situado desde a Estrada Municipal Hugo Bacocchina, seguindo pelo linhão da Elektro até a rotatória da Rod. Dr. Cássio de Freitas Levy.

A proponente apresentou memorial do homenageado, Certidão do órgão competente informando que não há denominação até a presente data no trecho indicado, croqui do local, bem como apresentou Certidão de Óbito

É o breve introito. Passo a opinar.



## 2. ANÁLISE JURÍDICA

### 2.1. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "\$", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso; (grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

**Contudo, há que se apontar que o projeto se mostra incompleto, pois a autora não consignou sobre a dotação orçamentária para as despesas decorrentes com a aplicação da lei, caso o projeto seja aprovado por essa E. Casa de Leis, o que, a princípio, impediria da execução da lei.**



## **2.2. Da iniciativa legislativa e sua legalidade.**

Conforme disposto no artigo 11, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, a matéria em questão é de competência comum, ou seja, tanto o Executivo quanto o Legislativo podem propor projetos de lei para denominarem ruas, bairros, próprios, entre outros.

Assim, a autora é parte legítima para propor a matéria.

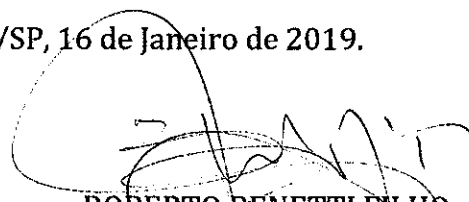
Ademais, conforme se infere da justificativa apresentada, o que se recepciona como memorial da homenageada, cumpre destacar que trata-se de pessoa falecida, conforme comprova a juntada da respectiva Certidão de Óbito nos autos.

E assim sendo, entendo que o projeto não esbarra no princípio da impessoalidade e da moralidade, estando apto o seu encaminhamento ao plenário, eis que órgão soberano para deliberações.

## **3. CONCLUSÃO**

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei nº 45/2018, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 16 de Janeiro de 2019.

  
**ROBERTO BENETTI FILHO**  
**Diretor Jurídico**